**EDITAL IFRS Nº 38/2018**

**RESPOSTAS AOS RECURSOS: LETRAS: PORTUGUÊS E ESPANHOL**

## PROTOCOLO: 334

Inscrição: 40.139364

Data de Envio: 21/08/2018 14:29

Questão: 1

Bibliografia: LUCKESI, Cipriano. Avaliação e Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

RECURSO:

Venho pedir a verificacação e cancelamento da questão 36 por tais motivos:

A questão se refere as definições e funções das avaliações em sala de aula, seus objetivos no ensino-aprendizagem. A questão, que aparece como falsa ou verdadeira, apresenta quatro tipos de avaliação: a avaliação de processo, a avaliação sumativa, a avaliação formativa e a avaliação dignóstica. No entanto, escreveram um definição adequada para a prova de diagnóstica e no gabarito a resposta está apresentada como sendo falta, sendo que é verdadeira. Vejamos, a principal função da prova de diágnostico, principalmente no ensino de línguas estrangeiras, é identifcar os conhecimentos prévios do educando sobre a língua meta para que se possa classificá-lo dentro de um nível da língua e também para que o professor possa elaborar e organizar suas aulas. Segundo Luckesi: "Dados essenciais são aqueles que estão definidos nos planejamentos de ensino, a partir de uma teoria pedagógica, e que foram traduzidos em práticas educativas nas aulas.". É necessário ter bem definido o objetivo a ser alcançado e utilizar instrumentos adequados à realidade do aluno para que se tenha sucesso no diagnóstico.

Deste modo, a referida função diagnóstica da avaliação possui dois pontos essencias: valorizar o conhecimento prévio do educando sobre determindo assunto e segundo ponto , que esta informação sirva ao professor para organizar sólidamente suas aulas e na sua tomada de decisão. Assim, não nos cabe dúvida que a alternativa que define a prova de diagnóstico entre as alternativas da questão 36 é VERDADEIRA.

Ao parecer, a questão 36 está apresentada de maneira incompleta sobre a definição de prova diágnostica, mas, a pesar da definição de prova diagnótica ser apresenta na alternativa de maneira superficial e pouco aprofundada do que é avaliação diagnóstica, ela não pode ser considerada falsa porque apresenta a função básica da avaliação diagnóstica. Deste modo, pesso a revisão da questão 36, principalmente verifiquem que a definição de prova diagnóstica é verdadeira na alternativa e que por este motivo se cancele a mesma.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

Sugere-se ao/à postulante verificar novamente o gabarito da questão 36 relacionada à prova de Letras: Português e Espanhol, posto que todas as asserções propostas na questão são VERDADEIRAS. Em seu argumento, o/a postulante indica que algumas afirmações da questão foram consideradas FALSAS, segundo a alternativa do gabarito e que, por isso, a questão deveria ser revista ou cancelada.

## PROTOCOLO: 271

Inscrição: 40.138587

Data de Envio: 21/08/2018 08:39

Questão: 14

Bibliografia: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2010, 768p.

RECURSO:

Prezados, peço atenção especificamente ao item III desta questão: ?III. O segmento ?triste, deitado, pensativo? (l. 43) exerce a função de predicativo do sujeito.? Há nesse segmento três palavras que, no nível morfológico, seriam categorizadas como adjetivos, e que, no nível sintático, exerceriam a função de predicativo do sujeito. No entanto, se observarmos o contexto de uso dessas palavras, podemos também considerá-las, no nível sintático, adjunto adverbial de modo, uma vez que complementam o verbo ?ir? e expressam o modo como o protagonista se sentia ao regressar à sua casa. É de conhecimento de nossa área de estudo em Língua Portuguesa, especialmente das abordagens funcionais da linguagem (CASTILHO, 2010), que as palavras cambiam na maneira como são utilizadas por nós, falantes, sendo que, neste caso, temos palavras que, sob determinada perspectiva, podem parecer adjetivos e, sob outra, advérbio ? mesmo que sem o sufixo ?mente agregado ao seu final.

Penso que as duas possibilidades de análise sejam válidas, o que acarretaria a anulação da questão.

Ressalto que percebo a diferença entre o que o personagem perguntara anteriormente ao protagonista e o que o protagonista compreendeu. Considero, ainda, que a pergunta realizada reforça a dupla possibilidade de análise sintática do segmento de resposta do protagonista.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

O candidato solicita a anulação da questão. Alega que a sequência “triste cansado, pensativo” (linha 43 do texto apresentado na prova) pode ser analisada como adjunto adverbial de modo na sentença em que figura. Tal argumento não pode prosperar. Os adjetivos “triste”, “cansado”, “pensativo” não qualificam a ação expressa na sentença, mas sim o referente expresso pelo sujeito. Ou seja, os adjetivos não especificam o modo como ocorre a viagem de Vanderlei de volta para casa; o que fazem é caracterizar o seu estado de ânimo durante esse retorno. Para caracterizar o modo como ocorre a volta, seria necessária alguma construção capaz de assumir valor adverbial: um advérbio (p. ex.: Vou apressadamente), uma oração reduzida de gerúndio (p. ex. “Vou correndo”) ou uma locução adverbial (p. ex.: “Vou de carro”). Em todos esses casos, estaríamos diante de adjuntos adverbiais de modo, já que estariam predicando sobre a ação, e não sobre o sujeito da sentença. Já em “Vou triste cansado, pensativo”, os adjetivos predicam sobre o sujeito, razão pela qual constituem o que a Gramática Normativa classifica como predicativo do sujeito. Tanto é assim que, neste caso, diferentemente dos casos em que há expressões funcionando como adjuntos adverbiais (que são invariáveis), exige-se dos adjetivos que compõem o predicativo a concordância nominal (em gênero e número) com o sujeito. Sendo assim, se o sujeito fosse o pronome “elas” (3ª pessoa do plural), a frase deveria ser escrita da seguinte forma: “Elas vão tristes, cansadas, pensativas”. A concordância em gênero e número, aqui, revela que os adjetivos predicam sobre o sujeito e não sobre a ação, razão pela qual a construção em que se encontram deve ser classificada como predicativo do sujeito. Sendo assim, estão corretas apenas as afirmações II e III da questão 14, tornando correta a alternativa E, conforme foi divulgado no gabarito oficial.

 Tendo em vista o exposto, indefere-se o pedido.

## PROTOCOLO: 240

Inscrição: 40.139790

Data de Envio: 20/08/2018 21:33

Questão: 14

Bibliografia: https://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint32.php

RECURSO:

A acertiva nº II não se trata de uma oração subordinada substantiva objetiva direta, portanto o gabarito não é letra e. Tal oração é caracterizada por desempenhar um papel de objeto direto, e a oração em questão é direta e indireta.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

O candidato não esclarece se quer alteração de gabarito ou anulação da questão. Apenas manifesta sua discordância em relação ao julgamento da asserção II da questão 14, considerando-a falsa.

Na sentença “Penso que estou numa estância com a minha prenda”, a sequência “que estou numa estância com a minha prenda” desempenha, como reconhece o candidato, a função de objeto direto (oracional). É por essa razão que se classifica como oração subordinada substantiva objetiva direta. Sendo assim, a afirmação II, contrariamente ao que pensa o candidato, está correta. Como estão corretas apenas as afirmações II e III da questão 14, a alternativa correta é a de letra E, conforme foi divulgado no gabarito oficial.

 Tendo em vista o exposto, indefere-se o pedido.

## PROTOCOLO: 357

Inscrição: 40.137654

Data de Envio: 21/08/2018 16:07

Questão: 17

Bibliografia: BECHARA, Evanildo. Lições de português pela análise sintática. 16. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

RECURSO:

Mesmo com a regra gramatical indicando a POSSIBILIDADE de vírgula com a elisão da palavra, eu como professora e corretora em Editora, acredito não ser, expressamente necessária esta vírgula, uma vez que o entendimento dar-se-á da mesma forma ,pois a classe lexical é a mesma. Quem tem escamas só podem ser peixes!

Dito de outra forma, se tirássemos a vírgula entenderíamos perfeitamente que se falava do peixe e não dos patos.

Em "Lições de português pela análise sintática", de Evanildo Bechara,há explicações sobre a parte sintática,ou seja, sobre o entendimento do sentido na construção do texto ou do discurso.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

A candidata não esclarece se quer alteração de gabarito ou anulação da questão. Em sua opinião, a inserção de uma vírgula para marcar elisão de palavra é uma possibilidade. Na alternativa C, a necessidade de uso de uma vírgula remete explicitamente às recomendações da gramática normativa, representada, na bibliografia recomendada para a prova, por algumas obras de caráter prescritivo. Na *Nova gramática do português contemporâneo* (uma das obras indicadas na bibliografia do concurso), de Celso Cunha e Lindley Cintra, lê-se o seguinte: “é necessária a colocação de uma vírgula para indicar a supressão de uma palavra (geralmente o verbo)” (p. 660).

Tendo em vista o exposto, indefere-se o pedido.

## PROTOCOLO: 221

Inscrição: 40.137686

Data de Envio: 20/08/2018 20:11

Questão: 17

Bibliografia: https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/gramatica/oracao-subordinada-adjetiva.htm

RECURSO:

A vírgula da linha 37, não pode ter função de separação de aposto, uma vez que na letra e) temos a presença forte da conjunção "que" e a mesma torna a oração subordinada adjetiva, não deixando dúvida na questão.Explicativa: acrescenta uma qualidade acessória ao antecedente e são separadas da oração principal por vírgulas.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

O candidato não esclarece se quer alteração de gabarito ou anulação da questão. Além disso, não é possível entender a relação que faz entre as alternativas D e E. Ao que parece, considera correta a alternativa E, que afirma que a vírgula da frase “Você sabe que isso é uma fantasia, que o cavalo é um cabo de vassoura” tem a função de isolar uma oração subordinada adjetiva explicativa. Ocorre que a oração “que o cavalo é um cabo de vassoura” é uma oração subordinada substantiva objetiva direta e não uma oração subordinada adjetiva explicativa. Se fosse uma oração subordinada adjetiva explicativa, a palavra “que” deveria ser correferente com alguma expressão substantiva precedente. Não há nada que anteceda a palavra “que” que possa ser correferente a ela. A conjunção “que”, neste caso, é uma conjunção integrante, que introduz uma segunda oração subordinada substantiva objetiva direta, separada por vírgula da anterior pela regra que recomenda o uso de vírgula para separar termos em sequência com mesma função sintática. Ou seja, a alternativa E está incorreta. O candidato afirma também, com razão, que a alternativa D está incorreta. A alternativa correta é a de letra C, conforme o gabarito oficial.

 Tendo em vista o exposto, indefere-se o pedido.

## PROTOCOLO: 301

Inscrição: 40.138005

Data de Envio: 21/08/2018 11:32

Questão: 18

Bibliografia: OLIVEIRA, Roberta Pires de; BASSO, Renato Miguel. Arquitetura da conversação: teoria das implicaturas. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. (cap. 02)

RECURSO:

A questão 18 deve ter seu gabarito alterado para a letra C, pois apenas a afirmativa III está correta.

O gabarito preliminar já considerou a afirmativa II incorreta, no entanto, considerou a I, ?No primeiro enunciado da linha 26, a utilização da expressão ?às vezes? aciona uma implicatura conversacional que veicula a ideia de que nem sempre Vanderlei Ferreira dorme nos carros, no posto de gasolina? correta, o que é um equívoco.

Considerando que a questão aborda a teoria de Oliveira e Basso (2014), prevista no conteúdo programático, é necessária a alteração do gabarito, pois, de acordo com os autores citados, em sua obra ?Arquitetura da conversação?, há duas formas de implicatura: as convencionais e as conversacionais.

No que se refere às convencionais, os autores detalham as seguintes características: é atrelada ao item lexical, independe do contexto e não pode ser cancelada. Diante disso, entende-se a expressão ?às vezes? como convencional, pois, independentemente do contexto, veiculará a ideia de ?nem sempre?. Ou seja, seu significado é conectado ao item lexical, independe do contexto e não pode ser cancelada.

Quanto às implicaturas conversacionais, os autores trabalham com outras características, tais quais: não são convencionais, ou seja, não se conectam ao item lexical e estão vinculadas ao contexto. Além disso, podem ser canceladas e são indeterminadas, pois seu sentido se construirá mediante a cooperação dos enunciadores.

Com isso, evidencia-se, propriamente, a distância que há entre a implicatura conversacional e a convencional. Assim, não há como dizer que ?às vezes? é conversacional, pois, em qualquer situação, tal expressão se conectará ao sentido ?nem sempre?, que está atrelado ao seu léxico. Portanto, o gabarito deve ser alterado da letra D para letra C.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

O candidato solicita a alteração do gabarito relativo à questão 18, de letra D para letra C, por considerar incorreta a afirmação I, de acordo com a qual “No primeiro enunciado da linha 26, a utilização da expressão “às vezes” aciona uma implicatura conversacional que veicula a ideia de que nem sempre Vanderlei Ferreira dorme nos carros, no posto de gasolina”.

De acordo com o entendimento do candidato, a expressão “às vezes” aciona uma implicatura convencional, e não conversacional. Em seu favor, alega que a referida expressão não carrega as marcas de implicaturas conversacionais, entre elas, a possibilidade de ser cancelada.

O candidato equivoca-se ao considerar que a expressão “às vezes” aciona uma implicatura convencional. Essa expressão, assim como muitas outras, compõe o conjunto de casos que a literatura especializada, a partir do trabalho de Laurence Horn, passou a considerar como instâncias do fenômeno chamado implicatura de quantidade escalar, um dos tipos de implicaturas conversacionais. A expressão “às vezes” integra a escala <sempre, às vezes>. Nessa escala, a expressão à esquerda (“sempre”) é mais informativa, sendo, por isso, preferível – a partir do critério estabelecido pela máxima conversacional da quantidade. Mesmo assim, admite-se que o falante seja menos informativo a fim de respeitar a máxima da qualidade (que recomenda que o falante não enuncie nada com cuja verdade não possa se comprometer). Dito de modo mais simples, se o falante optar por usar, em um enunciado, um item de uma escala que produza uma proposição menos informativa, o seu interlocutor estará autorizado a inferir que a recusa de usar um enunciado com um item da mesma escala que produza uma proposição mais informativa decorre do interesse em manter-se fiel à máxima da qualidade, ou seja, estará autorizado a inferir que o falante discorda da verdade proposição que seria produzia pelo uso deste enunciado. Sendo assim, o enunciado “Às vezes você dorme nos carros, nos postos de gasolina.” aciona a implicatura de quantidade escalar de que a pessoa referida pelo sujeito da sentença proferida nem sempre dorme nos carros, nos postos de gasolina. Mas essa é uma inferência conversacional, com as principais características desse tipo de implicatura, como a possibilidade de ser cancelada. De fato, o próprio enunciador poderia corrigir-se sem ser considerado contraditório, fazendo seguir-se ao enunciado um outro como o seguinte: “De fato, você sempre dorme nos carros, nos postos de gasolina”. Outra possibilidade seria que o interlocutor respondesse ao enunciado com algo como “Sim, eu sempre durmo nos carros, nos postos de gasolina”. Nos dois casos, estaríamos diante de um cancelamento, marca característica das implicaturas conversacionais. O mesmo não poderia ocorrer com implicaturas convencionais, que não são passíveis de cancelamento. Ninguém poderia negar a impressão de oposição de ideias associada à conjunção “mas” (caso clássico de item lexical ao qual se associa uma implicatura convencional). A implicatura convencional associada ao enunciado “Ele é gremista, mas é legal”, por exemplo, não poderia ser cancelada. Ninguém ouviria uma retratação a essa afirmação do tipo “Bem, com isso não quero dizer que gremistas não costumem ser legais” sem identificar uma contradição entre o que foi convencionalmente veiculado pelo uso da conjunção “mas” e o conteúdo do enunciado subsequente.

Tendo em vista esses esclarecimentos, percebe-se que a expressão “às vezes” dispara uma implicatura conversacional escalar (tema abordado de modo detalhado no livro recomendado na bibliografia *Arquitetura da conversação: teoria das implicaturas*, de Roberta Pires de Oliveira e Renato Basso), razão pela qual se deve considerar correta a afirmação I da questão 18 e pela qual se indefere o pedido de alteração do gabarito.

## PROTOCOLO: 466

Inscrição: 40.138892

Data de Envio: 21/08/2018 21:49

Questão: 18

Bibliografia: CANÇADO, Márcia. Manual de semântica: noções básicas e exercícios. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. (cap. 08)

OLIVEIRA, Roberta Pires de; BASSO, Renato Miguel. Arquitetura da conversação: teoria das implicaturas. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. (caps. 01 a 04)

http://michaelis.uol.com.br

RECURSO:

Sugere-se a mudança de gabarito da alternativa D para a alternativa C.

A referida questão trabalha com o conceito de implicatura e sugere que as afirmações I e II estão corretas. No entanto, a afirmação I, de acordo com os conceitos teóricos articulados por Oliveira e Basso (2014) e Cançado (2008) - bibliografias do concurso -, está incorreta. Observemos a explicação abaixo, que confirma essa constatação.

 Afirmação I

No primeiro enunciado da linha 26, a utilização da expressão ?às vezes? aciona uma implicatura conversacional que veicula a ideia de que nem sempre Vanderlei Ferreira dorme nos carros, no posto de gasolina.

 Trecho do texto ao qual a alternativa se refere:

?26 ? Às vezes você dorme nos carros, no posto de gasolina. O que você fica pensando?

27 ? Penso que estou numa estância com a minha prenda.?

De acordo com a alternativa I, apontada como correta, a expressão ?às vezes? acionaria uma implicatura conversacional de ?nem sempre?, ou seja, de que há ocasiões em que Vanderlei Ferreira (personagem do texto) não dorme nos carros e no posto de gasolina. No entanto, essa implicatura não se confirma se analisamos o exemplo. As implicaturas conversacionais, categoria na qual se enquadra o item ?às vezes?, segundo Oliveira e Basso (2014), dividem-se em generalizadas e particularizadas. As particularizadas caracterizam-se por depender do contexto imediato de proferimento. Os autores, para explicar a intrínseca relação entre o contexto da implicatura particularizada e o sentido que assume, utilizam, entre os exemplos, o da sentença "tá chovendo":

"Ao alterarmos a situação de fala, alteramos as implicaturas disparadas pelo proferimento de 'tá chovendo'. Logo, o que caracteriza uma implicatura particularizada é o fato de que sua interpretação está fundamentalmente atrelada [...] ao contexto imediato em que ocorre. [...] Proferir a sentença 'tá chovendo' numa situação em que não há roupa no varal dificilmente irá significar um pedido para que se tire a roupa do varal". (idem, p.44)

Conforme observamos no trecho transcrito acima, em um contexto diferente do das roupas no varal, o proferimento ?tá chovendo? assumiria uma outra implicatura, como, por exemplo, orientar que uma pessoa leve o guarda-chuva. As implicaturas conversacionais generalizadas, em contrapartida, possuem uma relação muito pequena com o contexto imediato de proferimento. Sua dependência é, portanto, do contexto gramatical. Os autores utilizam o exemplo da conjunção ?ou? para exemplificá-la:

"Considere, então, o diálogo:

Pedro: Maria dançou com Manuel ou com João?

Carlos: Com Manuel.

A resposta de Carlos implica (mas não acarreta) que Maria não dançou com João que ela dançou apenas com Manuel. [...] as implicaturas generalizadas dependem do contexto gramatical: elas são influenciadas pelo contexto linguístico" (idem, p.45).

Precisamos, considerar a subdivisão da implicatura conversacional em particularizada e generalizada, explicada nos trechos e exemplos acima, para repensar o sentido do item lexical ?às vezes?. Esse item se enquadra como uma implicatura conversacional generalizada ? último exemplo que trouxemos. Não podemos considerá-lo uma implicatura conversacional particularizada, pois já há uma acepção do termo prevista no dicionário. Isso mostra que o seu sentido não depende totalmente do contexto imediato de proferimento para significar, como o exemplo de ?tá chovendo?, trazido por Oliveira e Basso (2014). Segundo o Michaelis, ?às vezes? remete a ?em algumas ocasiões?, ou seja, indica alternância. Não há como, por exemplo, ?às vezes? significar ?sim?. Diante disso, até poderíamos afirmar que, devido ao seu sentido dicionarizado, o item aciona a implicatura conversacional de ?algumas vezes dorme nos carros, algumas vezes no posto de gasolina? ? alternância de opções. Não há, no entanto, nenhum elemento contextual que o associe ao sentido negativo acionado pela expressão ?nem sempre?, a qual sugere que, algumas vezes, Vanderlei poderia dormir em outros lugares ? fato que não é coadunado nem pelo contexto no qual se encontra a expressão, nem pela resposta dada pelo interlocutor. Além disso, não podemos afirmar que esse termo veicula obrigatoriamente a ideia de ?nem sempre?, uma vez que estamos diante de uma implicatura conversacional, a qual tem como características ?não ser parte do significado dos itens lexicais? (CANÇADO, 2008, p. 135) e poder ter sua implicatura cancelada, diferente das implicaturas convencionais (OLIVEIRA; BASSO, 2014). Devido a isso, descartamos uma relação direta e obrigatória entre o termo e o significado ?nem sempre".

Considerando o exposto na argumentação acima, a afirmação I, ?No primeiro enunciado da linha 26, a utilização da expressão ?às vezes? aciona uma implicatura conversacional que veicula a ideia de que nem sempre Vanderlei Ferreira dorme nos carros, no posto de gasolina.?, não encontra subsídios teóricos e contextuais para ser correta. Sendo assim, a resposta para a questão 18 é a alternativa C, a qual aponta apenas a terceira afirmação como correta.

Devido aos argumentos expostos acima, pede-se a mudança de gabarito da alternativa D para a alternativa C.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

O candidato solicita a alteração do gabarito relativo à questão 18, de letra D para letra C, por considerar incorreta a afirmação I, de acordo com a qual “No primeiro enunciado da linha 26, a utilização da expressão ‘às vezes’ aciona uma implicatura conversacional que veicula a ideia de que nem sempre Vanderlei Ferreira dorme nos carros, no posto de gasolina”.

A argumentação apresentada pelo candidato, no entanto, em momento algum se opõe à ideia de que o enunciado “Às vezes você dorme nos carros, no posto de gasolina” aciona uma implicatura que veicula a ideia de que nem sempre Vanderlei Ferreira dorme nos carros, no posto de gasolina. Ao contrário, em toda sua exposição, o candidato admite tratar-se de uma implicatura conversacional generalizada. Como a afirmação I da questão 18 faz referência à produção de uma implicatura conversacional sem especificar seu tipo (implicatura generalizada ou implicatura particularizada), impõe-se considerá-la correta.

Tendo em vista o exposto, indefere-se o pedido.

## PROTOCOLO: 492

Inscrição: 40.139096

Data de Envio: 21/08/2018 22:54

Questão: 36

Bibliografia: BRASÍLIA. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Espanhol: ensino médio. Coordenação: Cristiano Silva de Barros e Elzimar Goettenauer de Martins Costa. 2010. Coleção Explorando o Ensino. v. 16.

Consejo de Europa. Marco común europeo de referencia para las lenguas: aprendizaje, enseñanza, evaluación. 2001. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca\_ele/marco/cap\_09.htm#p935> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

RECURSO:

Questão 36

A terceira alternativa da questão 36 afirma que ?la evaluación sumativa tiene en su base la conversión del resultado de los trabajos y exámenes en notas, permitiéndole al estudiante tener una idea más aproximada de los resultados de sus estudios?. Entretanto, como se pode comprovar, nos excertos dos documentos abaixo, não há referência à expressão ?notas?.

De acordo com a bibliografia disponibilizada no edital, a ?avaliação de tipo somativo deve refletir de modo explícito os distintos elementos que foram trabalhados em aulas ao longo do desenvolvimento do projeto e o/s critério/s de avaliação desses elementos deve/m ser devidamente esclarecido/s aos aprendizes? (BRUNO, 2010, p. 230).

Da mesma forma, o Marco Común Europeo de Referencia (2001) assevera que ?la evaluación sumativa resume el aprovechamiento al final del curso con una calificación. No es necesariamente una evaluación de dominio lingüístico; de hecho, gran parte de la evaluación sumativa es una evaluación referida a la norma, realizada en un momento concreto y de aprovechamiento.?

A partir do exposto, solicito que a referida alternativa seja considerada falsa, visto que, da forma como foi elaborada, vai de encontro aos conceitos apresentados nos documentos, pois permite a compreensão de que a ?evaluación sumativa? restringe os resultados dos trabalhos e das avaliações a notas, ou seja, prioriza o aspecto quantitativo e exclui a possibilidade de avaliação por meio de parecer descritivo.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

A questão 36 foi elaborada com base na bibliografia indicada no Edital 38/2018 (Anexo III), tendo como base Brasília (2010) e Alonso; Catrillejo; Orta (2012). Nesta última referência, especificamente na página 133 do livro, as autoras tratam em detalhes a materialização da avaliação somativa por meio da representação por notas como meio de aproximar os estudantes de forma mais concreta (e não apenas holística) de seus resultados.

## PROTOCOLO: 493

Inscrição: 40.139096

Data de Envio: 21/08/2018 22:58

Questão: 36

Bibliografia: BRASÍLIA. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Espanhol: ensino médio. Coordenação: Cristiano Silva de Barros e Elzimar Goettenauer de Martins Costa. 2010. Coleção Explorando o Ensino. v. 16.

Consejo de Europa. Marco común europeo de referencia para las lenguas: aprendizaje, enseñanza, evaluación. 2001. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca\_ele/marco/cap\_09.htm#p935> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

RECURSO:

Questão 36

A terceira alternativa da questão 36 afirma que ?la evaluación sumativa tiene en su base la conversión del resultado de los trabajos y exámenes en notas, permitiéndole al estudiante tener una idea más aproximada de los resultados de sus estudios?. Entretanto, como se pode comprovar, nos excertos dos documentos abaixo, não há referência à expressão ?notas?.

De acordo com a bibliografia disponibilizada no edital, a ?avaliação de tipo somativo deve refletir de modo explícito os distintos elementos que foram trabalhados em aulas ao longo do desenvolvimento do projeto e o/s critério/s de avaliação desses elementos deve/m ser devidamente esclarecido/s aos aprendizes? (BRUNO, 2010, p. 230).

Da mesma forma, o Marco Común Europeo de Referencia (2001) assevera que ?la evaluación sumativa resume el aprovechamiento al final del curso con una calificación. No es necesariamente una evaluación de dominio lingüístico; de hecho, gran parte de la evaluación sumativa es una evaluación referida a la norma, realizada en un momento concreto y de aprovechamiento?.

A partir do exposto, solicito que a referida alternativa seja considerada falsa, visto que, da forma como foi elaborada, vai de encontro aos conceitos apresentados nos documentos, pois permite a compreensão de que a ?evaluación sumativa? restringe os resultados dos trabalhos e das avaliações a notas, ou seja, prioriza o aspecto quantitativo e exclui a possibilidade de avaliação por meio de parecer descritivo.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

A questão 36 foi elaborada com base na bibliografia indicada no Edital 38/2018 (Anexo III), tendo como base Brasília (2010) e Alonso; Catrillejo; Orta (2012). Nesta última referência, especificamente na página 133 do livro, as autoras tratam em detalhes a materialização da avaliação somativa por meio da representação por notas como meio de aproximar os estudantes de forma mais concreta (e não apenas holística) de seus resultados.

## PROTOCOLO: 507

Inscrição: 40.138534

Data de Envio: 21/08/2018 23:28

Questão: 34

Bibliografia: Não vejo a necessidade de citar bibliografia, levando em conta minha argumentação anterior. No entanto, se necessário, poderiam estar aqui todas as indicações bibliográficas no Concurso em questão (Edital 38/2018) voltadas apenas para as questões de conhecimentos gerais da língua espanhola.

RECURSO:

De acordo com a proposta do formato das provas dos Concursos Públicos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os conhecimentos de Legislação deveriam estar contidos apenas nas 10 primeiras questões, sendo as 30 demais relacionadas aos conhecimentos específicos, ou seja, no meu caso, os que se referem às línguas portuguesa e espanhola, além das literaturas brasileira e portuguesa.

No entanto, tal proposta não foi cumprida nesta prova do Edital 38/2018, já que na parte de espanhol havia algumas questões de Legislação. Embora estivessem com enunciados e alternativas elaborados na língua espanhola, de forma alguma se referiam aos conhecimentos de gramática ou de abordagens/perspectivas linguísticas desta língua.

Confesso meu desapontamento com o ocorrido, posto que o IFRS não cumpriu com o proposto neste sentido, levando em consideração a divisão anteriormente citada, e, além disso, perdeu a oportunidade de selecionar melhor os profissionais que se postulavam às vagas para professor de espanhol.

Sou graduada em Letras Português e Espanhol, mestra em Espanhol para Fins Específicos em uma relevante Universidade Federal, cuja dissertação foi baseada na concepção dialógica por meio dos Gêneros do Discurso proposta por Bakhtin e seu Círculo. E por trabalhar com fins específicos há muitos anos no mundo corporativo, interesso-me muito por ler textos desta área, além de todos os que se referem a sociolinguística variacionista, análise da conversação, entre outros.

Na bibliografia proposta pelo IFRS neste Edital havia ótimas leituras, porém, lamentavelmente, a maioria não foi explorada.

Gostaria de deixar algumas sugestões para as próximas provas.

1. Que separassem as línguas espanhola e a portuguesa em provas para a postulação de dois cargos, pois há neste caso duas áreas que, na prática, vão por caminhos diferentes, posto que a maioria dos professores que cursa Letras Português e Espanhol, trabalha de fato com a língua espanhola, portanto, não lida com regras da gramática tradicional do português, como análise sintática, entre outras. De fato, este foi o comentário entre os candidatos professores de espanhol quando terminavam a prova. Além disso, vale lembrar que, na própria universidade, há dois cursos que demarcam os caminhos de ambas as áreas: Letras Português e Espanhol e Letras Português e Literaturas. Na primeira, estão os futuros professores de língua espanhola, sem dúvida alguma, enquanto que na segunda os que seguem o caminho da língua portuguesa e das literaturas. Tanto é assim que em um determinado momento da graduação os alunos de Letras fazem matérias relacionadas a seu curso.

2. No Edital, havia propostas atuais e interessantíssimas, tais como o trabalho com temas transversais, a interdisciplinaridade, o multiculturalismo, o ensino baseado nos gêneros de textos, como uma ferramenta do ELFE, a Análise Linguística, entre outros. Vários autores, como Ramos, por exemplo, não foram explorados na prova, que pena.

Proponho que sejam explorados tais temas nas questões de línguas, em lugar de tantas leis, inclusive, com "roupagem" espanhola, e, ainda, questões que comprovem que o professor domine mais as formas de se trabalhar a leitura, a gramática, a oralidade, a interpretação e a compreensão auditiva, baseando-se temas socioculturais, entre outras perspectivas da linguagem, e não com a análise sintática, por exemplo, ou literaturas, áreas que pertencem ao professor de Português e Literaturas.

Deixo claro que concordo que um professor que fez sua graduação em Letras Português e Espanhol deve conhecer um pouco de cada área do saber ligado aos Estudos de Linguagem, no entanto, os editais para concursos públicos devem estar delineados de forma que direcione os docentes de Letras (Estudo de Linguagem) para sua devida área de atuação, assim como ocorre em Engenharia Agrícola, Engenharia Agrícola / Construções Rurais, Administração, Administração e Finanças, entre outros que estão neste Edital, ou seja, profissionais que atuam em áreas diferentes, embora muitos deles façam o mesmo curso na graduação.

Questões que estavam em Conhecimentos Gerais (Espanhol), mas que se referiam à Legislação: 34, 37, 38 e 40

Por favor, peço que sejam revistas as questões aqui citadas.

Desde já, agradeço e aguardo a conclusão desta análise.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

Atendo-nos apenas aos argumentos objetivos expostos no texto do recurso, informamos que a questão 34, bem como as demais citadas no mesmo recurso - 37, 38, 40, foram elaboradas rigorosamente dentro do proposto no edital e com base nas indicações bibliográficas publicadas

(Edital 38/2018 – Anexo III, disponível em: https://ifrs.edu.br/concursos/edital-38-2018-docentes/). Sugere-se ao/à postulador/a do recurso verificar com atenção o conteúdo programático publicado, posto que não se previam apenas questões relacionadas ao conhecimento linguístico-discursivo da língua espanhola.

A questão 34 está relacionada à compreensão moderna e atual do papel do ensino de línguas para fins específicos (ELFE) na educação brasileira muito bem apresentada por Ramos (2005)e Celani, Freire e Ramos (2009) ao desmistificarem a compreensão inadequada que esse conceito teve por anos no Brasil.

Diferentemente do expressado pelo/a postulante do recurso, as questões 37, 38 e 40 não têm NENHUMA relação com Legislação (no sentido de conhecimento ou interpretação de leis relacionados ao contexto tecnológico). Os enunciados das três questões avaliam se os candidatos têm conhecimento e compreensão do atual papel do ensino da língua espanhola no contexto escolar brasileiro, INCLUINDO os cursos de ensino médio ofertados pelos institutos federais. A base para a elaboração dessas questões foram as “Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio” (BRASIL, 2006), o volume da coleção “Explorando o Ensino – Espanhol: ensino médio” (BRASÍLIA, 2010) e o livro “Ensino de espanhol nos Institutos Federais” (SILVA JÚNIOR, 2017), todos indicados EXPRESSAMENTE nas referências bibliográficas relativas à língua espanhola e NENHUM deles caracterizados como “textos de Legislação”.

Inscrição: 40.138534

Data de Envio: 21/08/2018 23:30

Questão: 34

Bibliografia: Não vejo a necessidade de citar bibliografia, levando em conta minha argumentação anterior. No entanto, se necessário, poderiam estar aqui todas as indicações bibliográficas no Concurso em questão (Edital 38/2018) voltadas apenas para as questões de conhecimentos gerais da língua espanhola.

RECURSO:

De acordo com a proposta do formato das provas dos Concursos Públicos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os conhecimentos de Legislação deveriam estar contidos apenas nas 10 primeiras questões, sendo as 30 demais relacionadas aos conhecimentos específicos, ou seja, no meu caso, os que se referem às línguas portuguesa e espanhola, além das literaturas brasileira e portuguesa.

No entanto, tal proposta não foi cumprida nesta prova do Edital 38/2018, já que na parte de espanhol havia algumas questões de Legislação. Embora estivessem com enunciados e alternativas elaborados na língua espanhola, de forma alguma se referiam aos conhecimentos de gramática ou de abordagens/perspectivas linguísticas desta língua.

Confesso meu desapontamento com o ocorrido, posto que o IFRS não cumpriu com o proposto neste sentido, levando em consideração a divisão anteriormente citada, e, além disso, perdeu a oportunidade de selecionar melhor os profissionais que se postulavam às vagas para professor de espanhol.

Sou graduada em Letras Português e Espanhol, mestra em Espanhol para Fins Específicos em uma relevante Universidade Federal, cuja dissertação foi baseada na concepção dialógica por meio dos Gêneros do Discurso proposta por Bakhtin e seu Círculo. E por trabalhar com fins específicos há muitos anos no mundo corporativo, interesso-me muito por ler textos desta área, além de todos os que se referem a sociolinguística variacionista, análise da conversação, entre outros.

Na bibliografia proposta pelo IFRS neste Edital havia ótimas leituras, porém, lamentavelmente, a maioria não foi explorada.

Gostaria de deixar algumas sugestões para as próximas provas.

1. Que separassem as línguas espanhola e a portuguesa em provas para a postulação de dois cargos, pois há neste caso duas áreas que, na prática, vão por caminhos diferentes, posto que a maioria dos professores que cursa Letras Português e Espanhol, trabalha de fato com a língua espanhola, portanto, não lida com regras da gramática tradicional do português, como análise sintática, entre outras. De fato, este foi o comentário entre os candidatos professores de espanhol quando terminavam a prova. Além disso, vale lembrar que, na própria universidade, há dois cursos que demarcam os caminhos de ambas as áreas: Letras Português e Espanhol e Letras Português e Literaturas. Na primeira, estão os futuros professores de língua espanhola, sem dúvida alguma, enquanto que na segunda os que seguem o caminho da língua portuguesa e das literaturas. Tanto é assim que em um determinado momento da graduação os alunos de Letras fazem matérias relacionadas a seu curso.

2. No Edital, havia propostas atuais e interessantíssimas, tais como o trabalho com temas transversais, a interdisciplinaridade, o multiculturalismo, o ensino baseado nos gêneros de textos, como uma ferramenta do ELFE, a Análise Linguística, entre outros. Vários autores, como Ramos, por exemplo, não foram explorados na prova, que pena.

Proponho que sejam explorados tais temas nas questões de línguas, em lugar de tantas leis, inclusive, com "roupagem" espanhola, e, ainda, questões que comprovem que o professor domine mais as formas de se trabalhar a leitura, a gramática, a oralidade, a interpretação e a compreensão auditiva, baseando-se temas socioculturais, entre outras perspectivas da linguagem, e não com a análise sintática, por exemplo, ou literaturas, áreas que pertencem ao professor de Português e Literaturas.

Deixo claro que concordo que um professor que fez sua graduação em Letras Português e Espanhol deve conhecer um pouco de cada área do saber ligado aos Estudos de Linguagem, no entanto, os editais para concursos públicos devem estar delineados de forma que direcione os docentes de Letras (Estudo de Linguagem) para sua devida área de atuação, assim como ocorre em Engenharia Agrícola, Engenharia Agrícola / Construções Rurais, Administração, Administração e Finanças, entre outros que estão neste Edital, ou seja, profissionais que atuam em áreas diferentes, embora muitos deles façam o mesmo curso na graduação.

Questões que estavam em Conhecimentos Gerais (Espanhol), mas que se referiam à Legislação: 34, 37, 38 e 40

Por favor, peço que sejam revistas as questões aqui citadas.

Desde já, agradeço e aguardo a conclusão desta análise.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

Atendo-nos apenas aos argumentos objetivos expostos no texto do recurso, informamos que a questão 34, bem como as demais citadas no mesmo recurso - 37, 38, 40, foram elaboradas rigorosamente dentro do proposto no edital e com base nas indicações bibliográficas publicadas

(Edital 38/2018 – Anexo III, disponível em: https://ifrs.edu.br/concursos/edital-38-2018-docentes/). Sugere-se ao/à postulador/a do recurso verificar com atenção o conteúdo programático publicado, posto que não se previam apenas questões relacionadas ao conhecimento linguístico-discursivo da língua espanhola.

A questão 34 está relacionada à compreensão moderna e atual do papel do ensino de línguas para fins específicos (ELFE) na educação brasileira muito bem apresentada por Ramos (2005)e Celani, Freire e Ramos (2009) ao desmistificarem a compreensão inadequada que esse conceito teve por anos no Brasil.

Diferentemente do expressado pelo/a postulante do recurso, as questões 37, 38 e 40 não têm NENHUMA relação com Legislação (no sentido de conhecimento ou interpretação de leis relacionados ao contexto tecnológico). Os enunciados das três questões avaliam se os candidatos têm conhecimento e compreensão do atual papel do ensino da língua espanhola no contexto escolar brasileiro, INCLUINDO os cursos de ensino médio ofertados pelos institutos federais. A base para a elaboração dessas questões foram as “Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio” (BRASIL, 2006), o volume da coleção “Explorando o Ensino – Espanhol: ensino médio” (BRASÍLIA, 2010) e o livro “Ensino de espanhol nos Institutos Federais” (SILVA JÚNIOR, 2017), todos indicados EXPRESSAMENTE nas referências bibliográficas relativas à língua espanhola e NENHUM deles caracterizados como “textos de Legislação”.

## PROTOCOLO: 507

Inscrição: 40.138534

Data de Envio: 21/08/2018 23:28

Questão: 34

Bibliografia: Não vejo a necessidade de citar bibliografia, levando em conta minha argumentação anterior. No entanto, se necessário, poderiam estar aqui todas as indicações bibliográficas no Concurso em questão (Edital 38/2018) voltadas apenas para as questões de conhecimentos gerais da língua espanhola.

RECURSO:

De acordo com a proposta do formato das provas dos Concursos Públicos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os conhecimentos de Legislação deveriam estar contidos apenas nas 10 primeiras questões, sendo as 30 demais relacionadas aos conhecimentos específicos, ou seja, no meu caso, os que se referem às línguas portuguesa e espanhola, além das literaturas brasileira e portuguesa.

No entanto, tal proposta não foi cumprida nesta prova do Edital 38/2018, já que na parte de espanhol havia algumas questões de Legislação. Embora estivessem com enunciados e alternativas elaborados na língua espanhola, de forma alguma se referiam aos conhecimentos de gramática ou de abordagens/perspectivas linguísticas desta língua.

Confesso meu desapontamento com o ocorrido, posto que o IFRS não cumpriu com o proposto neste sentido, levando em consideração a divisão anteriormente citada, e, além disso, perdeu a oportunidade de selecionar melhor os profissionais que se postulavam às vagas para professor de espanhol.

Sou graduada em Letras Português e Espanhol, mestra em Espanhol para Fins Específicos em uma relevante Universidade Federal, cuja dissertação foi baseada na concepção dialógica por meio dos Gêneros do Discurso proposta por Bakhtin e seu Círculo. E por trabalhar com fins específicos há muitos anos no mundo corporativo, interesso-me muito por ler textos desta área, além de todos os que se referem a sociolinguística variacionista, análise da conversação, entre outros.

Na bibliografia proposta pelo IFRS neste Edital havia ótimas leituras, porém, lamentavelmente, a maioria não foi explorada.

Gostaria de deixar algumas sugestões para as próximas provas.

1. Que separassem as línguas espanhola e a portuguesa em provas para a postulação de dois cargos, pois há neste caso duas áreas que, na prática, vão por caminhos diferentes, posto que a maioria dos professores que cursa Letras Português e Espanhol, trabalha de fato com a língua espanhola, portanto, não lida com regras da gramática tradicional do português, como análise sintática, entre outras. De fato, este foi o comentário entre os candidatos professores de espanhol quando terminavam a prova. Além disso, vale lembrar que, na própria universidade, há dois cursos que demarcam os caminhos de ambas as áreas: Letras Português e Espanhol e Letras Português e Literaturas. Na primeira, estão os futuros professores de língua espanhola, sem dúvida alguma, enquanto que na segunda os que seguem o caminho da língua portuguesa e das literaturas. Tanto é assim que em um determinado momento da graduação os alunos de Letras fazem matérias relacionadas a seu curso.

2. No Edital, havia propostas atuais e interessantíssimas, tais como o trabalho com temas transversais, a interdisciplinaridade, o multiculturalismo, o ensino baseado nos gêneros de textos, como uma ferramenta do ELFE, a Análise Linguística, entre outros. Vários autores, como Ramos, por exemplo, não foram explorados na prova, que pena.

Proponho que sejam explorados tais temas nas questões de línguas, em lugar de tantas leis, inclusive, com "roupagem" espanhola, e, ainda, questões que comprovem que o professor domine mais as formas de se trabalhar a leitura, a gramática, a oralidade, a interpretação e a compreensão auditiva, baseando-se temas socioculturais, entre outras perspectivas da linguagem, e não com a análise sintática, por exemplo, ou literaturas, áreas que pertencem ao professor de Português e Literaturas.

Deixo claro que concordo que um professor que fez sua graduação em Letras Português e Espanhol deve conhecer um pouco de cada área do saber ligado aos Estudos de Linguagem, no entanto, os editais para concursos públicos devem estar delineados de forma que direcione os docentes de Letras (Estudo de Linguagem) para sua devida área de atuação, assim como ocorre em Engenharia Agrícola, Engenharia Agrícola / Construções Rurais, Administração, Administração e Finanças, entre outros que estão neste Edital, ou seja, profissionais que atuam em áreas diferentes, embora muitos deles façam o mesmo curso na graduação.

Questões que estavam em Conhecimentos Gerais (Espanhol), mas que se referiam à Legislação: 34, 37, 38 e 40

Por favor, peço que sejam revistas as questões aqui citadas.

Desde já, agradeço e aguardo a conclusão desta análise.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

Atendo-nos apenas aos argumentos objetivos expostos no texto do recurso, informamos que a questão 34, bem como as demais citadas no mesmo recurso - 37, 38, 40, foram elaboradas rigorosamente dentro do proposto no edital e com base nas indicações bibliográficas publicadas

(Edital 38/2018 – Anexo III, disponível em: https://ifrs.edu.br/concursos/edital-38-2018-docentes/). Sugere-se ao/à postulador/a do recurso verificar com atenção o conteúdo programático publicado, posto que não se previam apenas questões relacionadas ao conhecimento linguístico-discursivo da língua espanhola.

A questão 34 está relacionada à compreensão moderna e atual do papel do ensino de línguas para fins específicos (ELFE) na educação brasileira muito bem apresentada por Ramos (2005)e Celani, Freire e Ramos (2009) ao desmistificarem a compreensão inadequada que esse conceito teve por anos no Brasil.

Diferentemente do expressado pelo/a postulante do recurso, as questões 37, 38 e 40 não têm NENHUMA relação com Legislação (no sentido de conhecimento ou interpretação de leis relacionados ao contexto tecnológico). Os enunciados das três questões avaliam se os candidatos têm conhecimento e compreensão do atual papel do ensino da língua espanhola no contexto escolar brasileiro, INCLUINDO os cursos de ensino médio ofertados pelos institutos federais. A base para a elaboração dessas questões foram as “Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio” (BRASIL, 2006), o volume da coleção “Explorando o Ensino – Espanhol: ensino médio” (BRASÍLIA, 2010) e o livro “Ensino de espanhol nos Institutos Federais” (SILVA JÚNIOR, 2017), todos indicados EXPRESSAMENTE nas referências bibliográficas relativas à língua espanhola e NENHUM deles caracterizados como “textos de Legislação”.

## PROTOCOLO: 493

Inscrição: 40.139096

Data de Envio: 21/08/2018 22:58

Questão: 36

Bibliografia: BRASÍLIA. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Espanhol: ensino médio. Coordenação: Cristiano Silva de Barros e Elzimar Goettenauer de Martins Costa. 2010. Coleção Explorando o Ensino. v. 16.

Consejo de Europa. Marco común europeo de referencia para las lenguas: aprendizaje, enseñanza, evaluación. 2001. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca\_ele/marco/cap\_09.htm#p935> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

RECURSO:

Questão 36

A terceira alternativa da questão 36 afirma que ?la evaluación sumativa tiene en su base la conversión del resultado de los trabajos y exámenes en notas, permitiéndole al estudiante tener una idea más aproximada de los resultados de sus estudios?. Entretanto, como se pode comprovar, nos excertos dos documentos abaixo, não há referência à expressão ?notas?.

De acordo com a bibliografia disponibilizada no edital, a ?avaliação de tipo somativo deve refletir de modo explícito os distintos elementos que foram trabalhados em aulas ao longo do desenvolvimento do projeto e o/s critério/s de avaliação desses elementos deve/m ser devidamente esclarecido/s aos aprendizes? (BRUNO, 2010, p. 230).

Da mesma forma, o Marco Común Europeo de Referencia (2001) assevera que ?la evaluación sumativa resume el aprovechamiento al final del curso con una calificación. No es necesariamente una evaluación de dominio lingüístico; de hecho, gran parte de la evaluación sumativa es una evaluación referida a la norma, realizada en un momento concreto y de aprovechamiento?.

A partir do exposto, solicito que a referida alternativa seja considerada falsa, visto que, da forma como foi elaborada, vai de encontro aos conceitos apresentados nos documentos, pois permite a compreensão de que a ?evaluación sumativa? restringe os resultados dos trabalhos e das avaliações a notas, ou seja, prioriza o aspecto quantitativo e exclui a possibilidade de avaliação por meio de parecer descritivo.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

A questão 36 foi elaborada com base na bibliografia indicada no Edital 38/2018 (Anexo III), tendo como base Brasília (2010) e Alonso; Catrillejo; Orta (2012). Nesta última referência, especificamente na página 133 do livro, as autoras tratam em detalhes a materialização da avaliação somativa por meio da representação por notas como meio de aproximar os estudantes de forma mais concreta (e não apenas holística) de seus resultados.## PROTOCOLO: 492

Inscrição: 40.139096

Data de Envio: 21/08/2018 22:54

Questão: 36

Bibliografia: BRASÍLIA. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Espanhol: ensino médio. Coordenação: Cristiano Silva de Barros e Elzimar Goettenauer de Martins Costa. 2010. Coleção Explorando o Ensino. v. 16.

Consejo de Europa. Marco común europeo de referencia para las lenguas: aprendizaje, enseñanza, evaluación. 2001. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca\_ele/marco/cap\_09.htm#p935> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

RECURSO:

Questão 36

A terceira alternativa da questão 36 afirma que ?la evaluación sumativa tiene en su base la conversión del resultado de los trabajos y exámenes en notas, permitiéndole al estudiante tener una idea más aproximada de los resultados de sus estudios?. Entretanto, como se pode comprovar, nos excertos dos documentos abaixo, não há referência à expressão ?notas?.

De acordo com a bibliografia disponibilizada no edital, a ?avaliação de tipo somativo deve refletir de modo explícito os distintos elementos que foram trabalhados em aulas ao longo do desenvolvimento do projeto e o/s critério/s de avaliação desses elementos deve/m ser devidamente esclarecido/s aos aprendizes? (BRUNO, 2010, p. 230).

Da mesma forma, o Marco Común Europeo de Referencia (2001) assevera que ?la evaluación sumativa resume el aprovechamiento al final del curso con una calificación. No es necesariamente una evaluación de dominio lingüístico; de hecho, gran parte de la evaluación sumativa es una evaluación referida a la norma, realizada en un momento concreto y de aprovechamiento.?

A partir do exposto, solicito que a referida alternativa seja considerada falsa, visto que, da forma como foi elaborada, vai de encontro aos conceitos apresentados nos documentos, pois permite a compreensão de que a ?evaluación sumativa? restringe os resultados dos trabalhos e das avaliações a notas, ou seja, prioriza o aspecto quantitativo e exclui a possibilidade de avaliação por meio de parecer descritivo.

( ) DEFERIDO ( X ) INDEFERIDO ( ) DEFERIDO PARCIALMENTE

FUNDAMENTAÇÃO:

A questão 36 foi elaborada com base na bibliografia indicada no Edital 38/2018 (Anexo III), tendo como base Brasília (2010) e Alonso; Catrillejo; Orta (2012). Nesta última referência, especificamente na página 133 do livro, as autoras tratam em detalhes a materialização da avaliação somativa por meio da representação por notas como meio de aproximar os estudantes de forma mais concreta (e não apenas holística) de seus resultados.